

Daniela Farto Baptista

O Direito de Exoneração dos Accionistas

das Suas Causas

Exoneração dos Accionistas

Daniela Farto Baptista



Coimbra Editora

47.72
174D

IS

Deposito Lega



9 720032 012963

**O DIREITO DE EXONERAÇÃO
DOS ACCIONISTAS**

DAS SUAS CAUSAS

DANIELA FARTO BAPTISTA

**O DIREITO DE EXONERAÇÃO
DOS ACCIONISTAS**

DAS SUAS CAUSAS



Coimbra Editora

2005

Ao Ica

Composição e impressão
Coimbra Editora, Limitada

ISBN 972-32-1296-X

Depósito Legal n.º 221 079/2005

Fevereiro de 2005

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	Págs. 5
NOTA PRÉVIA	7
PRINCIPAIS ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	11
1. Objecto da investigação.....	11
2. Estrutura e ordem de sequência.....	14

PARTE I

O DIREITO DE EXONERAÇÃO DOS ACCIONISTAS: ENQUADRAMENTO GERAL

CAPÍTULO I — ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	19
1. Origem.....	19
2. Evolução histórica.....	25
2.1. Em alguns ordenamentos jurídicos europeus.....	25
2.1.1. O “ <i>diritto di recesso</i> ” em Itália.....	25
2.1.2. O “ <i>droit de retrait</i> ” em França.....	38
2.1.3. O “ <i>Abfindungsrecht</i> ” na Alemanha	47
2.1.4. O “ <i>derecho de separación</i> ” em Espanha	54
2.2. O caso particular do “ <i>appraisal right</i> ” (ou “ <i>remedy</i> ”) nos EUA...	61
2.3. O reconhecimento do direito de exoneração nos ordenamentos sul-americanos	68
3. No direito português: breve referência ao seu acolhimento legal.....	72
4. Breve balanço. Perspectivas e prospectivas de uma evolução futura....	77

	Págs.
CAPÍTULO II — O CONCEITO DO DIREITO DE EXONERAÇÃO DOS ACCIONISTAS: ELEMENTOS DEFINIDORES E DISTINÇÃO DE FIGURAS AFINS.....	83
1. O direito de exoneração dos accionistas: conceito.....	83
2. Elementos definidores.....	84
2.1. O carácter voluntário do direito de exoneração.....	84
2.2. O carácter unilateral do direito de exoneração.....	85
2.3. A subsistência da sociedade.....	96
2.4. A perda da posição social pelo accionista exonerado.....	104
3. Distinção de figuras afins.....	107
3.1. O direito de exoneração e a transmissão de participações sociais.....	107
3.2. O direito de exoneração e a amortização de participações sociais.....	111
3.3. O direito de exoneração e o direito de exclusão de sócios.....	114
3.4. O direito de exoneração e a dissolução da sociedade.....	121
CAPÍTULO III — CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS DO DIREITO DE EXONERAÇÃO DOS ACCIONISTAS.....	127
1. O direito de exoneração dos accionistas enquanto direito individual.....	127
2. O direito de exoneração dos accionistas enquanto direito inderrogável e indisponível pela maioria.....	132
3. O direito de exoneração dos accionistas enquanto direito renunciável <i>a posteriori</i>	134
4. O direito de exoneração dos accionistas enquanto direito que nasce sobre partes sociais liberadas.....	140
5. O direito de exoneração dos accionistas enquanto direito de exercício unitário.....	143
6. O direito de exoneração dos accionistas enquanto direito subjectivo que se distingue dos direitos potestativos.....	149
PARTE II	
AS CAUSAS DE EXONERAÇÃO DOS ACCIONISTAS NA PARTE GERAL DO CSC	
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	161
CAPÍTULO I — A TRANSFERÊNCIA PARA O ESTRANGEIRO DA SEDE SOCIAL EFECTIVA DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS.....	163
1. A concretização normativa da causa exoneratória.....	163
2. Sua razão de ser.....	170

	Págs.
CAPÍTULO II — OS VÍCIOS DA VONTADE E A USURA NAS SOCIEDADES ANÓNIMAS.....	179
1. A concretização normativa da causa exoneratória. O sentido da expressão “justa causa de exoneração”.....	179
2. Sua razão de ser. O direito de exoneração enquanto substituto do regime da anulabilidade parcial do contrato de sociedade.....	184
2.1. A contraposição de regimes.....	186
CAPÍTULO III — A FUSÃO E A CISÃO DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS.....	195
1. A concretização normativa da causa exoneratória.....	195
2. O artigo 105.º enquanto simples regulamentação de um direito de exoneração por consagrar.....	198
3. O direito de exoneração nas operações de fusão e cisão heterogéneas.....	206
4. O artigo 105.º enquanto fundamento <i>per se</i> para a exoneração dos accionistas. Sua razão de ser.....	218
5. O direito de exoneração em determinadas modalidades de cisão.....	224
6. A posição adoptada.....	227
CAPÍTULO IV — A TRANSFORMAÇÃO DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS.....	231
1. A concretização normativa da causa exoneratória.....	231
2. Sua razão de ser.....	237
3. Breve nota sobre algumas particularidades do seu regime jurídico.....	245
CAPÍTULO V — O REGRESSO À ACTIVIDADE DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS DISSOLVIDAS.....	251
1. A concretização normativa da causa exoneratória.....	251
2. Da sua inadmissibilidade em alguns ordenamentos jurídico-societários europeus.....	258
3. Pressupostos essenciais do regresso à actividade no CSC.....	262
4. Sua razão de ser. Breve nota sobre algumas particularidades do seu regime jurídico.....	264
CAPÍTULO VI — O DIREITO À ALIENAÇÃO COMPULSIVA DOS ARTIGOS 490.º, N.º 5, E 499.º, N.º 1.....	273
1. A concretização normativa do direito à alienação compulsiva.....	273
2. As relações societárias de grupo constituídas por domínio total.....	278
3. O direito à alienação compulsiva do artigo 490.º, n.º 5, <i>versus</i> o direito de exoneração.....	284

	Págs.
4. As relações societárias de grupo constituídas por contrato de subordinação	290
5. O direito à alienação compulsiva do artigo 499.º, n.º 1, <i>versus</i> o direito de exoneração	293
PARTE III	
OUTRAS CAUSAS DE EXONERAÇÃO DOS ACCIONISTAS	
<i>CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES</i>	303
CAPÍTULO I — O PROBLEMA. O “ESTADO DA ARTE”	305
1. O problema	305
2. O “estado da arte”	307
2.1. Quanto à função e operatividade do direito de exoneração em geral	307
2.2. Quanto à função e operatividade do direito de exoneração dos accionistas em particular	312
2.2.1. No direito societário espanhol	312
2.2.1.1. Principais críticas	312
2.2.1.2. Principais vantagens	315
2.2.2. No direito societário português	321
2.2.2.1. Principais críticas	321
2.2.2.2. Principais vantagens	327
CAPÍTULO II — A NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA DO DIREITO DE EXONERAÇÃO DOS ACCIONISTAS	331
1. Principais questões a regulamentar	331
1.1. Quanto a alguns requisitos e a algumas consequências do seu exercício	331
1.2. Quanto à legitimidade para o seu exercício	337
1.2.1. Os accionistas titulares de acções preferenciais sem voto	337
1.2.2. A legitimidade dos accionistas nos ordenamentos jurídico-societários espanhol e italiano	344

	Págs.
2. A aplicação das soluções de direito comparado ao direito societário português. A posição adoptada	353
CAPÍTULO III — A CONSAGRAÇÃO LEGAL <i>DE JURE CONDENDO</i> DE OUTRAS CAUSAS DE EXONERAÇÃO DOS ACCIONISTAS	359
1. A irrelevância do carácter <i>aberto</i> ou <i>fechado</i> das sociedades anónimas e do tipo societário concretamente adoptado na justificação do instituto jurídico em apreço	359
1.1. A irrelevância do carácter <i>aberto</i> ou <i>fechado</i> das sociedades anónimas	359
1.2. A irrelevância do tipo societário. Contraposição dos regimes jurídicos das sociedades de capitais	372
1.2.1. O direito de exoneração dos accionistas com fundamento na mudança do objecto social. Sua razão de ser... ..	377
2. O fundamento jurídico do direito de exoneração: o elemento contractual <i>versus</i> o elemento organizativo das sociedades anónimas	391
2.1. A “teoria da lei” e a “teoria do contrato”	391
2.2. Apreciação crítica da “teoria do contrato”	403
2.2.1. No direito societário português	403
2.2.2. As sociedades unipessoais	407
2.3. O elemento organizativo das sociedades anónimas e o fundamento institucional do direito de exoneração dos accionistas ...	416
2.4. A posição adoptada	425
3. Outras razões para a consagração legal <i>de jure condendo</i> de novas causas de exoneração dos accionistas	430
3.1. O direito a deixar de ser sócio	430
3.2. A impugnação de deliberações sociais inválidas e o direito de exoneração dos accionistas	434
3.3. A tendência expansiva do direito de exoneração dos accionistas... ..	438
3.3.1. No direito societário francês	438
3.3.2. No direito societário italiano	442
3.3.3. No direito societário espanhol	449
3.4. Em síntese. A posição adoptada	453

	Págs.
CAPÍTULO IV — EM BUSCA DE UMA SOLUÇÃO <i>DE JURE CON-</i> <i>DITO</i>	457
1. A ampliação estatutária das causas de exoneração dos accionistas	457
1.1. Principais posições doutrinais.....	457
1.1.1. No direito societário português	457
1.1.2. No direito societário espanhol.....	463
1.1.3. No direito societário italiano	472
1.2. A posição adoptada	480
2. A “resolução” do contrato de sociedade por alteração anormal das cir- cunstâncias	483
3. A aplicação analógica às sociedades anónimas das causas de exoneração consagradas no CSC em benefício dos sócios quotistas	490
3.1. Breve referência aos pressupostos do recurso à analogia	491
3.2. Principais posições doutrinais.....	493
3.2.1. No direito societário espanhol.....	493
3.2.2. No direito societário italiano	499
3.2.3. No direito societário português. A posição adoptada...	501
4. O direito de exoneração fundado em “justos motivos”	507
4.1. No direito societário alemão.....	507
4.2. No direito societário espanhol.....	513
4.3. No direito societário italiano	518
4.4. No direito societário português	521
4.5. A posição adoptada	527
5. Em síntese. Considerações finais.....	532
CONCLUSÕES.....	535
ADITAMENTO.....	549
BIBLIOGRAFIA.....	555